

MULHERES NO PODER: INCENTIVO À PESQUISA SOBRE MULHERES NA POLÍTICA DOS PALOP E DO BRASIL

Locarine Udulciene Mendes Oncampo¹
Maria Claudia Cardoso Ferreira²

RESUMO

Tratou-se de pesquisa de caráter exploratório e bibliográfico que levantou, classificou e divulgou bibliografias voltadas ao tema das mulheres na contemporaneidade com recorte no tema da participação política; empoderamento político e econômico; emancipação política e tomada de decisão nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP e no Brasil. Utilizamos as técnicas de pesquisa exploratória em ambientes digitais com acervos bibliográficos disponíveis online como as bibliotecas de periódicos, das universidades, dos organismos internacionais e dos sites dos governos. E em seguida se fez a seleção, análise, organização de acordo com os países e temas e um pequeno resumo e descrição dos materiais com título, palavras-chave, autoria e data em que o material foi adicionado no site. O site já se encontra disponível para o acesso consulta e uso dos materiais. O estudo pode contribuir no aumento de pesquisa nessa área e possivelmente também pode ajudar na elaboração de mais trabalhos acadêmicos sobre problemática importante, e em especial sobre a desigualdade de gênero principalmente em sociedades que ainda estão mais distantes de alcançar a equidade de gênero.

Palavras-chave: Mulheres na política PALOP Brasil difusão do conhecimento acervo digital.

Unilab, Instituto de Humanidade e Letras/Malês, Discente, locarineoficial@gmail.com¹

Unilab, Instituto de Humanidades e Letras/Malês, Docente, mariacardoso28@unilab.edu.br²

INTRODUÇÃO

Realizamos uma pesquisa que buscou disponibilizar as bibliografias retiradas da internet sobre a participação política das mulheres na contemporaneidade dos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Brasil. O interesse pela disponibilização da bibliografia se deu por conta de identificarmos um campo com pouca pesquisa na área. Acreditamos que a insuficiência das bibliografias ou a dificuldade de achá-las pode limitar o interesse pelo tema. Segundo Garcia (2011), as mulheres representam mais que a metade da população mundial, ainda é o grupo considerado mais pobre e com menos acesso aos recursos existentes. O que significa que, historicamente, as mulheres sempre se encontram em lugar de desvantagem em relação aos homens. Desvantagem esta que acabam por criar as desigualdades que favorecem sempre os homens, reproduzindo uma estrutura que implica também a área da política. Portanto, as desigualdades de oportunidades e, principalmente, de participação de um determinado grupo que influencia na tomada de decisão, por exemplo, acaba por limitar as contribuições das mulheres em geral. Assim, negar ou limitar a participação e, por conseguinte, a contribuição desse grupo na sociedade, não passa de um ato de proibir essas pessoas de darem as suas contribuições para com a sociedade no qual também pertencem. Nos países pesquisados os homens ainda são a maioria que se ocupa e participa das decisões políticas. Essa desvantagem no qual as mulheres estão historicamente colocadas acaba colocando, na maioria das vezes, essas mulheres na posição de vulnerabilidade, na medida em que reduzem as suas autonomias, desde o direito da manifestação das suas ideias, à participação e ao acesso a recursos materiais e simbólicos que viabilizam o autogoverno como aponta Flávia Biroli (2013). Portanto, a política ainda em larga medida é pensada por meio do homem, entendendo-o como universal. Essa realidade não é diferente no espaço da pesquisa acadêmica, pois são os cientistas que mais produzem e, ao produzirem não levam em conta os problemas, as necessidades das mulheres. Apesar da pouca produção a cerca da participação política das mulheres nesses países pode-se afirmar que a literatura que aponta avanços. Esses avanços são verificados também na própria esfera da participação e da tomada de decisão com mais mulheres nos cargos legislativos e executivos, ainda que seja importante destacar que decorrem da conquista coletiva de mulheres nos diversos movimentos políticos organizados em prol da equidade de gênero nas esferas de poder.

METODOLOGIA

Com o avanço da tecnologia da informação e comunicação temos acesso rápido aos dados por meio de diferentes máquinas como computadores e smartphone. A crescente democratização dessas tecnologias com a disponibilização de software livre e certa diminuição dos custos dos equipamentos, oportunizou o aumento do acesso às mídias digitais com a circulação do texto, da imagem, do som e do vídeo para além das fronteiras nacionais e continentais. Os espaços de produção e circulação do conhecimento têm sido bastante beneficiados, sendo a universidade um campo em potencial. Primeiramente foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório e bibliográfico nas bases de dados acadêmicas, nas bibliotecas online das diferentes universidades, nos sites dos organismos nacionais assim como internacionais. Os artigos, livros e ensaios encontrados foram selecionados, analisados e em seguida, organizados de acordo com países por pasta. E posteriormente foi necessária a elaboração de um pequeno resumo de todos os materiais encontrados, com título, palavras chave, autoria e a data da publicação. E por último, foram organizados no site e já estão disponíveis para acesso e uso aos interessados em elaborar trabalhos acadêmicos ligados ao tema. O site está sob o domínio da Unilab, mas com a coordenação da equipa do projeto da pesquisa. Durante a execução da pesquisa também foi necessário o uso de dois computadores além de softwares que auxiliaram no

levantamento, catalogação, descrição e disponibilização dos dados inventariados. Intencionamos e trabalhamos com softwares livres durante o carregamento bem como ao acondicionar os dados no site da Unilab já disponível.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na realização das atividades foram alcançados seguintes resultados por países seguindo o recorte temático do projeto: Angola, quarenta e três (43) artigos; Brasil- noventa (90) artigos; Cabo Verde, trinta e oito (38) artigos mais três teses; Guiné-Bissau, trinta e seis (36) artigos; Moçambique com trinta (30) artigos; e por último, São Tomé e Príncipe, com vinte e sete (27) artigos. Todos esses documentos podem ser encontrados no site . Durante as análises dos materiais encontrados percebe-se uma enorme disparidade de gênero em termos da participação e representação política nesses países, principalmente no que diz respeito à esfera de tomada de decisão, como podem ver abaixo. Em Moçambique de acordo com os dados de 2017 das Nações Unidas, em termos da representação as mulheres ocupam 23, 8% no executivo e 39,6% no legislativo; Cabo-Verde 25,0% no executivo e 38,2% no legislativo; Angola as mulheres representam 22,2% no executivo e 23,6% no legislativo; em São Tomé e Príncipe 18,2% tanto no poder executivo como legislativo; por último está Guiné-Bissau com 0,0% no executivo em termos da representação feminina e 13, 7% no legislativo (UN Women, 2017). No Brasil apesar das lutas e avanço dos movimentos sociais de mulheres e do crescimento das análises de uma perspectiva feminista, a tomada de decisão, ainda é muito ardua à participação de mulheres. Em 2018, menos de 9,9% das mulheres ocupam as cadeiras do Congresso Nacional. As mulheres são mais da metade do eleitorado, mas na Câmara dos Deputados tem apenas 51 mulheres para 513 homens. No ranking mundial da igualdade de gênero na política estamos na posição 84^a (UN Women, 2017). Os papéis de gênero, ou os papéis que mulheres e homens vivenciam socialmente, frutos de uma construção histórica, interferem significativamente na qualidade de vida das mulheres e no acesso dessas aos espaços de poder, na medida em que naturalizam a discriminação com base em visões estereotipadas do feminino e do masculino na sociedade. Porém, as desvantagens em que as mulheres se encontram acabam na maioria das vezes colocando-as nos lugares de desprivilegio, dificultando assim as suas inserções no campo acadêmico o que possivelmente acaba refletindo nas produções a cerca da participação política das mulheres por conta da poucas pesquisadoras com interesse na temática com o intuito de darem mais contribuições no que tange as literaturas voltadas à temática.

CONCLUSÕES

Deparamo-nos com algumas dificuldades principalmente em termos de encontrar artigos e livros sobre a temática especialmente nos seguintes países: Guiné-Bissau; São Tomé e Príncipe, Angola e Cabo Verde, devido a não disponibilização dos documentos em vias online. Pudemos verificar a falta de disponibilidade de um site com materiais sobre diferentes assuntos por parte do governo desses países. Na maioria dos casos, durante a pesquisa foram encontrados materiais com anos muito atrasados. Tendo em conta que o nosso foco foi a contemporaneidade, especialmente nos anos subsequentes as independências destes países, enfrentamos limitações em achar mais materiais sobre o tema em Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique. Outra dificuldade foi de conseguir manter o contato com alguns funcionários e funcionárias das organizações governamentais. O objetivo era de conversar com essas pessoas a fim de nos indicarem ou disponibilizarem textos ou indicarem sites em que pudessemos encontrar materiais ligados à temática pesquisada. Ainda há muito que fazer para poder superar a desigualdade de gênero em termos de

representação, participação e produção acadêmica que afeta mais negativamente a camada feminina nesses países. Durante um ano de projeto, pude perceber como foi bom atuar como pesquisadora e ao mesmo tempo bolsista do projeto, pois, as experiências e conhecimentos adquiridos foram muitos importantes como acadêmica. Este trabalho exigiu muito tempo, concentração e paciência, principalmente no momento de conceber e organizar os documentos na biblioteca online que criamos.

AGRADECIMENTOS

Atuar como pesquisadora na condição de bolsista de Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira durante este segundo ano do projeto foi uma experiência muito boa e enriquecedora. Essa formação me possibilitou ampliar os horizontes acadêmicos, pois pude participar de eventos e trabalhar em equipe. Assim, agradeço o PIBIC/UNILAB que financiou a pesquisa, ao colega de Tecnologia da Informação, Bismarck dos Santos Almeida por toda paciência e disponibilidade na concepção e organização do site, à Milena Santiago, também bolsista no projeto e à minha orientadora, professora Maria Cláudia Cardoso Ferreira, por conceber a pesquisa e pelo apoio e aprendizados durante esse segundo ano do projeto.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. Teorias Feministas da Política: empiria e Normatividade. Florianópolis. Janeiro, 2013.
GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo. São Paulo, 2011. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS Declaração e Plataforma de Acção de Beijing, quinze anos após a sua adopção. Departamento de Informação das Nações Unidas, 2010. Disponível em <http://www.unric.org/pt/actualidade/27555-declaracao-e-plataforma-de-accao-de-beijing-quinze-anos-apos-a-sua-adopcao> consulta em 20/05/2017.